Proc. TC-032.440/2013-8
Tomada de Contas Especial (Recurso de Reconsideração)

PARECER

Analisa-se recurso de reconsideração interposto pelo Sr. Geovane de Souza Tavares, ex-prefeito do Município de Aurora do Tocantins/TO, contra o Acórdão 2.785/2014-TCU-2ª Câmara, decisão por meio da qual deslindou-se tomada de contas especial resultante de conversão de representação (TC 045.545/2012-0) ordenada pelo Acórdão 6.777/2013-TCU-2ª Câmara (peça 1).

De início, o Tribunal de Contas do Estado de Tocantins (TCE/TO) trouxe para o Tribunal notícias de possíveis irregularidades na gestão de recursos, na ordem de R\$ 175.741,61, transferidos pelos Ministérios da Educação e da Saúde para o aludido município.

A ausência de defesa do responsável, embora tenha recebido os ofícios citatórios (peças 6 e 11), ciência supostamente comprovada pelos AR de peças 7 e 12, arrimou proposta de condenação em débito contida na derradeira instrução de mérito da Secex/TO (peça 15), manifestação que antecedeu o acórdão recorrido (peça 21) e nossa manifestação (peça 18).

Ato contínuo ao acórdão, o processo registra o esforço da Secex/TO para cientificar o Sr. Geovane da decisão (peças 22 a 45), só conseguindo seu objetivo com o AR de peça 44, em endereço diferente do existente no AR de peça 12. Esse ponto é o primeiro aspecto reclamado pelo recorrente:

Preliminarmente, argui, o réu, a nulidade da citação, na forma do artigo 301, I do CPC. Isto porque houve violação aos princípios do contraditório, ampla defesa e devido processo legal, uma vez que o local em que Requerente foi no endereço 806 Sul, alameda 19, lote 16, Palmas - Tocantins, assim, o processo correu à revelia tendo em vista que o Sr Geovane reside na Praça Zuza Tavares, s/n Centro de Aurora do Tocantins -TO, CEP:77.325-000, desde janeiro de 2013, ... (peça 46, p. 5).

Em que pese a base CPF disponibilizada pelo Tribunal seja confiável, essa fonte permite a produção de prova em contrário, ou seja, ao se sentir prejudicado por não habitar no endereço levantado pelo TCU os interessados podem reclamar da citação/audiência, devendo comprovar a veracidade da mudança de endereço, como fez o Sr. Geovane por meio dos documentos de páginas 15 a 17 da peça 46, localização confirmada pela Escrivania Cível da Comarca de Aurora do Tocantins (peça 40).

À vista de tais elementos, os quais infirmam a certeza que se tinha acerca da regular citação do responsável, pedimos vênias à Serur, secretaria especializada que de modo concordante sugere a manutenção da decisão questionada (peças 58 a 60), para encaminharmos pelo conhecimento do recurso e pela insubsistência do acórdão em questão, com conseqüente retorno do TC para o gabinete do E. Relator **a quo** com o propósito de que sejam adotadas as medidas necessárias para novo julgamento.

Ministério Público, em 11 de novembro de 2015.

(Assinado Eletronicamente)

Marinus Eduardo De Vries Marsico
Procurador